

19. APROVAÇÃO DA MINUTA DE ACORDO DE CREDORES E ACIONISTAS TENDENTE À LIQUIDAÇÃO DA SGEB:

Submete-se à consideração do Executivo Municipal a minuta de acordo de credores e acionistas tendente à liquidação da SGEB.

PROPOSTA

Liquidação da SGEB – Sociedade Gestora de Equipamentos de Braga, S.A., por transmissão global do património (ativo e passivo) para o Município de Braga e subsequente internalização da sua atividade

Acordo de credores e acionistas

CONSIDERANDO QUE:

- 1) A SGEB é uma sociedade participada pelo Município de Braga cuja maioria do capital social pertence a sócios privados escolhidos por concurso público, no quadro de uma parceria público-privado institucional para a construção, financiamento e conservação de equipamentos de interesse municipal;
- 2) A Câmara Municipal propôs à Assembleia Municipal a internalização desta empresa participada na esfera patrimonial do Município através da sua liquidação por transmissão global do respetivo património (ativo e passivo) para o Município;
- 3) Não se verificam os pressupostos legais da dissolução obrigatória ou da alienação obrigatória da participação social (minoritária) do Município de Braga na SGEB;
- 4) A dissolução e liquidação da SGEB por transmissão global dos ativos e passivos para o Município de Braga pode ter lugar a título **voluntário**, nos termos dos artigos 141, n.º 1, alínea b) e 148.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC);
- 5) A dissolução voluntária seguida de liquidação por transmissão global dos ativos e passivos da SGEB para o Município equivale a uma **internalização** para efeitos dos artigos 6.º, 65.º e 65.º-A do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (RJAE),¹
- 6) As normas dos artigos 61.º, n.ºs 2 e 3, 62.º, n.ºs 5 a 14, 65.º e 65.º-A do RJAE devem ser aplicadas por **analogia** ou por **interpretação extensiva**, aos casos de dissolução voluntária de sociedades comerciais participadas pelos Municípios, devido à identidade do regime aplicável às “empresas locais” e às “empresas participadas”;
- 7) A circunstância de o legislador apenas prever expressamente a alienação obrigatória das participações locais (artigo 66.º do RJAE) não significa que as empresas participadas não possam ser objeto de dissolução e liquidação por internalização da respetiva atividade na entidade pública participante, como decorre do disposto no artigo 70.º, n.º 3, que equaciona a dissolução em alternativa à alienação obrigatória das participações, ou do disposto no artigo 70.º, n.º 5, que manda aplicar tanto às “empresas locais” como às “empresas participadas”, embora com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 61.º a 66.º do RJAE;

¹ Aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, alterada pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março e pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro.

- 8) A identidade do regime aplicável às “empresas locais” e às “empresas participadas” conduz necessariamente à conclusão – por interpretação extensiva ou por analogia – de que as disposições dos artigos 65.º e 65.º-A do RJAEI também são aplicáveis, com as necessárias adaptações, às “empresas participadas”;
- 9) Nos termos do disposto no artigo 148.º do CSC, a liquidação da SGEB por transmissão global do seu ativo e passivo para o Município de Braga depende de **acordo escrito de todos os credores da sociedade** e do pagamento aos sócios privados;
- 10) Nos termos da alínea b) da cláusula III do acordo parassocial, a dissolução da sociedade carece da **unanimidade dos acionistas**;
- 11) Nos termos dos contratos de financiamento, a dissolução da sociedade carece de **acordo escrito dos bancos financiadores** (CGD e Novo Banco);
- 12) Em Assembleia Geral universal da SGEB, realizada em 18 de outubro de 2016 e tendo como ponto único da ordem de trabalhos “apreciar, discutir e deliberar sobre a dissolução da SGEB”, o MB apresentou uma proposta de dissolução da sociedade seguida de liquidação por transmissão global do património (ativo e passivo) a seu favor, acautelando-se o pagamento dos créditos dos acionistas privados (capital investido e suprimentos), nos termos do artigo 148.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC);
- 13) Esta proposta foi rejeitada pelos acionistas privados titulares da maioria do capital social por entenderem que a proposta apresentada é prejudicial aos seus interesses patrimoniais, quer devido à perda de receitas com o pagamento de rendas, quer devido à expectativa da execução das obras em falta e aos lucros das empreitadas e rendas a elas inerentes;
- 14) Em Assembleia Geral universal realizada em 30 de novembro de 2016 tendo, de novo, como ponto único da ordem de trabalhos “apreciar, discutir e deliberar sobre a dissolução da SGEB”, o MB apresentou nova proposta de dissolução e liquidação da sociedade, com base na antecipação dos capitais próprios da sociedade, calculados em 3.125.000€ de acordo com estudo realizado pela Ernst & Young, cabendo a cada acionista privado o valor de 797.000€, acrescido do reembolso dos suprimentos;
- 15) Esta proposta foi considerada insuficiente pelos acionistas privados que, no entanto, aceitaram abster-se na votação, desde que fosse constituído um Tribunal Arbitral, nos termos de cláusula compromissória constante do n.º VI.7 do Acordo Parassocial, tendo como objeto o apuramento do valor da indemnização devida aos acionistas privados pela dissolução antecipada da sociedade, devendo o “regulamento de arbitragem” ser aprovado pela Assembleia Geral;
- 16) Após as alterações ao “regulamento de arbitragem” propostas pelo MB, que os acionistas privados aceitaram, o Município de Braga votou favoravelmente a dissolução da sociedade, tendo a deliberação sido aprovada por unanimidade, embora com a abstenção dos acionistas privados, que não é considerada para efeitos deliberativos, nos termos do n.º 1 do artigo 386.º do CSC;

- 17) O “regulamento de arbitragem” foi também aprovado por unanimidade, com os votos favoráveis de todos os acionistas;
- 18) Nos termos do “regulamento de arbitragem” ficou excluído do respetivo objeto a deliberação de dissolução da sociedade;
- 19) Nos termos do n.º 1 do artigo 146.º do CSC a sociedade dissolvida entra imediatamente em liquidação;
- 20) Foram nomeados liquidatários os atuais administradores, tendo sido fixado o prazo de seis meses para a liquidação;
- 21) A deliberação de dissolução foi registada junto da conservatória do registo comercial de Braga em 12 de dezembro de 2016, através da AP. 26 de 30/11/2016;
- 22) Apesar o Município de Braga ter proposto que a liquidação da SGEB tivesse lugar mediante transmissão global do património (ativo e passivo) a seu favor, nos termos do artigo 148.º do CSC, tal deliberação não chegou a ser tomada na Assembleia Geral de 30 de novembro de 2016, uma vez que, nos termos dessa disposição legal, a mesma deve ser precedida de acordo escrito de todos os credores da sociedade;
- 23) Importa assegurar, no quadro do processo de liquidação da SGEB por internalização no Município de Braga, que os ativos e passivos possam ser transmitidos em novas condições para o Município;
- 24) Tais condições implicam a cessação das garantias reais constituídas sobre bens do ativo a favor dos bancos e dos empreiteiros, bem como um ajustamento das taxas de juro e demais condições financeiras dos passivos a assumir pelo Município, de forma a respeitar os pressupostos económico-financeiros da internalização;
- 25) Neste contexto, torna-se necessário obter o acordo dos credores e dos acionistas em momento prévio à deliberação da Assembleia Municipal de modo a assegurar a exequibilidade desta deliberação, bem como antes de todo o processo de liquidação por internalização ser enviado para fiscalização prévia do Tribunal de Contas;
- 26) A plena produção de efeitos de tal acordo de credores e acionistas deverá ficar sujeita a três condições suspensivas de verificação cumulativa, a saber: (i) a deliberação da Assembleia Municipal que aprove a liquidação e internalização da SGEB no património do Município; (ii) a concessão de visto prévio pelo Tribunal de Contas, de visto tácito ou de declaração de conformidade, ou a confirmação de que aquela deliberação não se encontra sujeita a fiscalização prévia, seja por não se inserir na tipicidade legal, seja por dispensa ou isenção; e (iii) a aprovação pela Assembleia Geral da SGEB da deliberação de liquidação por transmissão global do respetivo património a favor do Município de Braga;
- 27) Através do referido acordo de credores e acionistas se pretende preparar a revisão das condições financeiras do passivo bancário e das garantias em momento anterior à internalização, estabelecer as condições de reembolso dos suprimentos, das entradas e prestações suplementares de capital e de pagamento aos fornecedores, e garantir a aprovação

pelos Acionistas da deliberação a tomar pela Assembleia Geral da SGEB relativa à sua liquidação por transmissão global do património a favor do Município de Braga, uma vez preenchidas aquelas condições suspensivas;

- 28) Nos termos do artigo 35.º, n.º 1, alínea a) e n.º 2, alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL),² compete ao presidente da Câmara representar o Município e outorgar contratos em sua representação;
- 29) Nos termos dos artigos 61.º, n.º 2 e 65.º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (RJAL),³ aplicável por analogia ou por interpretação extensiva às empresas participadas e às parcerias público privado institucionais, compete à Assembleia Municipal de Braga aprovar a internalização da SGEB através da sua liquidação por transmissão global do respetivo património (ativo e passivo) para o Município;
- 30) Nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea oo) do RJAL e do artigo 62.º, n.º 1 do Regime Jurídico do Sector Público Empresarial (RJSPE),⁴ compete à Câmara Municipal exercer a função acionista;

Em face do exposto, proponho que a Câmara Municipal delibere:

Dar o seu acordo e mandar o Presidente da Câmara Municipal para celebrar, em nome do Município, acordo de credores e acionistas.

² Retificada pela Declaração de Retificação n.º 46-C/2013, de 1 de novembro e pela Declaração de Retificação n.º 50-A/2013, de 11 de novembro, e alterada pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março, pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março e pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro.

³ Aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, alterada pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março e pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro.

⁴ Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, alterado pela Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro e pela Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro.